

42º Encontro Anual da Anpocs

SPG 13: Educação especial desde uma perspectiva inclusiva: desafios e proposições contemporâneos

Cuidado e cuidadoras: o trabalho doméstico das empregadas negras e com deficiência no Brasil

Luciana Alves Drumond Almeida

Lucas Lafetá Lourenço Pereira

Leonardo Souza Silveira

Outubro de 2018

Segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência, produzido pela Organização Mundial de Saúde (2012), tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento, as pessoas com deficiência em idade de trabalhar apresentam taxas mais baixas de empregabilidade e taxas muito mais altas de desemprego do que as pessoas sem deficiência, conforme foi verificado em vários estudos empíricos (Baldwin e Johnson, 1994; Baldwin e Johnson, 1995; Kidd *et al.*, 2000; Domzal *et al.*, 2008; Jones, 2010; Almeida e Vilela, 2011; Jones, 2011; Mitra *et al.*, 2013; Polidano e Vu, 2015). Todavia, as menores taxas de participação no mercado de trabalho são um dos principais meios através do qual a deficiência pode levar à pobreza (WHO, 2012).

Para Dalal (2010), deficiência e pobreza são indissociáveis e estão em um círculo vicioso onde se reforçam, fazendo com que as pessoas com deficiência e pobres sejam o grupo em maior desvantagem social. Martins *et al* (2018) apontam que essa realidade conta com a contribuição da invisibilidade social das pessoas com deficiência, numa lógica em que a invisibilidade e exclusão se perpetuam recursivamente. Esta omissão é amplamente reproduzida nas Ciências Sociais, onde o investimento analítico pouco considera a deficiência enquanto uma das linhas mais decisivas de produção e perpetuação de desigualdades (Oliver e Barnes, 1998).

As pessoas com deficiência, conforme apontado por Dalal (2010) são aproximadamente 10% da população em qualquer país e representam por volta de 20% da população pobre do mundo. Dito de outra forma, 3 em 4 pessoas com deficiência estão nos estratos mais pobres da sociedade. A participação em programas de desenvolvimento é suprimida pela exclusão social e barreiras físicas. Por consequência, as pessoas com deficiência têm baixos níveis em três índices socioeconômicos: saúde, educação e emprego. Dessa forma, para romper com entraves psicossociais e físicos, é essencial promover o acesso em condições iguais de participação das pessoas pobres e com deficiência nas atividades sociais e econômicas, oferecendo a mobilidade. A mudança resultante do fomento da participação e a consequente redução das desvantagens é crucial para quebrar onexo intercausal entre a pobreza e a deficiência (Dalal, 2010).

A respeito da educação e seu papel a respeito da probabilidade de conseguir um trabalho, segundo a OMS (2012), as crianças com deficiência teriam menores chances de frequentar escolas, enfrentando oportunidades limitadas de formação de capital humano e obtendo menos oportunidades de emprego e menor produtividade durante a vida adulta.

No Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2010, há um grande contingente de pessoas com deficiência: 45,6 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência, seja ela motora, visual, auditiva ou mental, o que equivale a aproximadamente 24% da população total. Em relação ao grau de severidade da deficiência, 32,9 milhões (17,2% do total) disseram ter alguma dificuldade, enquanto 12,7 milhões (6,7% da população) afirmaram ter uma grande dificuldade permanente ou uma incapacidade.

A respeito da escolaridade, os dados do Censo 2010 apresentam uma sistemática desvantagem para essas pessoas: enquanto para população total de indivíduos com 15 anos ou mais a taxa de alfabetização foi de 90,6%, aqueles que tinham alguma deficiência tiveram essa taxa em torno de 82%. Quanto às credenciais ocupacionais, somente 17,7% das pessoas de 15 anos ou mais de idade com deficiência possuíam o ensino médio completo e superior incompleto, versus quase 30% daquelas sem deficiência (Garcia e Maia, 2014).

A falta de qualificação e experiência no mercado tem sido tomada reiteradamente na literatura como enquanto principais entraves para efetiva inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Brumer *et al.*, 2004; Tanaka e Mazini, 2005; Cançado, 2006; Jones *et al.*, 2006; Araújo *et al.*, 2007; Carneiro e Ribeiro, 2008; Suzano *et al.*, 2008; Jones, 2010).

Todavia, é importante ressaltar que outros estudos já verificaram que, mesmo quando as pessoas com deficiência alcançam o nível superior de escolaridade, elas tendem a se inserir em ocupações que não exigem essa credencial, as quais estão entre os setores referentes às ocupações mais precárias e com baixa remuneração. E, do lado da oferta de empregos, as vagas ofertadas pelas empresas refletem a segregação ocupacional por tipo de deficiência e correspondem geralmente a funções operacionais (Almeida, 2011). Por outro lado, ressaltamos o apontado por Moraes *et al.* (2018) – assim como é reduzido o número de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro, são também escassas as disciplinas e os projetos que abordem as discussões nessa esfera, apesar das políticas de educação inclusiva e de ações afirmativas para o ingresso dessas pessoas no referido ensino.

Nessa esteira, verifica-se a baixa participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro (37%) quando comparada à participação daquelas sem deficiência (70,4%). Ademais, apresentam rendimento médio substancialmente inferior – 26% - em relação ao deste último grupo. Estão ainda, presentes nas formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho: emprego sem carteira assinada e trabalho

por conta-própria. Concentram-se, também, no segundo grupo mais precário da estrutura de atividades - no serviço doméstico – enquanto 6,4% das pessoas sem deficiência estão nesse grupo, 15,9% das pessoas com deficiência estão (Garcia e Maia, 2014).

Sobre a vulnerabilidade em que se encontram, Garcia e Maia (2012) também observaram que as pessoas com deficiência possuem uma relativa prevalência entre os grupos sociais menos favorecidos: estão mais presentes entre as pessoas ocupadas sem escolaridade, são em grande parte negros ou pardos e concentram-se nas regiões menos desenvolvidas, como Norte e Nordeste.

Dessa forma, com base no exposto, se configura enquanto nosso objetivo de pesquisa lançar luz sobre as pessoas com deficiência no Brasil, com idade entre 18 e 60 anos, considerando o viés de gênero. Se estão entre os grupos mais vulneráveis, como isso se dá entre homens e mulheres? Quem são as pessoas, homens e mulheres, com e sem deficiência que estão no trabalho doméstico? Quais são os efeitos da escolaridade nesses grupos? Ao considerar a teoria da interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Garland-Thomson, 2011) como a raça/cor e o gênero se interseccionam para aumentar ou diminuir as chances dessas pessoas estarem no trabalho doméstico?

Configura-se como objetivo do presente estudo responder a essas questões. Para tanto, lançaremos mão dos referenciais teóricos relacionados abaixo e em seguida, apresentaremos a metodologia e resultados encontrados.

Referencial Teórico

Segundo Mores *et al*(2018), a realidade das pessoas com deficiência tem sido dominada pela perspectiva reabilitacional e individualizada. Historicamente marcada pelas referências à dualidade entre normalidade e incapacidades do corpo (Oliver e Barnes, 1998; Thomas, 1999; 2002; Thomas, 2004; Diniz, 2007; Garland-Thomson, 2011; Thomas, 2012), estruturada no seio das lógicas favoráveis à medicalização e à despolitização da experiência; e, considerando a permeabilidade dos sentidos comuns que naturalizam a inferioridade das pessoas com deficiência, o surgimento, e o estabelecimento de um questionamento cultural e sociopolítico da normalidade é tanto um desafio epistemológico, quanto político (Moraes *et al.*, 2018).

A concepção de que a deficiência é uma construção social e política com poucos séculos revela uma perspectiva crítica nova dentro das ciências sociais e humanas,

sendo igualmente novo o entendimento da deficiência enquanto uma forma particular de opressão social. Todavia, contrariamente ao que tem ocorrido em outros países onde os Estudos da Deficiência (*DisabilityStudies*) se mostram como o braço acadêmico do movimento das pessoas com deficiência, Moraes *et al* (2018) ressaltam que no Brasil essa área de reflexão é “ainda embrionária e desarticulada do ativismo”.

Nesse sentido, observamos que uma premissa já sedimentada nas Ciências Humanas e Sociais é a necessidade de considerar as interseções entre gênero, geração, classe, raça/etnia, orientação sexual, religião, região para a análise de questões sociais (Mello e Nuernberg, 2012). Todavia, a deficiência permanece à margem nos debates e cruzamentos intercategoriais na produção acadêmica feminista e se configura enquanto um tema periférico naquelas Ciências (Diniz, 2007).

O conceito de interseccionalidade foi cunhado na década de 1970 a partir do movimento conhecido como *Black Feminism*, que criticava o feminismo branco, heteronormativo e de classe média. Na lição de uma das autoras expoente, KimberléCrenshaw(2002):

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002: 177)

A aplicação de tal conceito se justifica pela existência de experiências específicas de subordinação que vão além daqueles infringidas por categorias tradicionais como gênero ou raça. Crenshaw aponta para a dificuldade de se identificar a discriminação interseccional em um contexto social onde forças econômicas e culturais atuam discretamente de modo a posicionar as mulheres em uma posição subalterna:

Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de recebental subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação. (Crenshaw, 2002: 176)

Emerge, portanto, a necessidade de se desenvolver uma perspectiva analítica, a qual considere que a discriminação interseccional não reside apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais, e, por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes (Crenshaw, 2002).

O conceito é mais bem elucidado com o uso da analogia da intersecção, pela qual devemos imaginar a existência abstrata de eixos de poder como raça, etnia, classe social e gênero como se fossem ruas que estruturam o terreno social, econômico e político. Através delas se movem as estruturas de subordinação. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. No entanto, tais sistemas frequentemente se sobrepõem, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas costumam estar posicionadas em um espaço onde o racismo, a xenofobia e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias (Crenshaw 2002: 177).

A autora destaca as desvantagens, as vulnerabilidades, as opressões e o desempoderamento sofridos pelas mulheres que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder. E são justamente estes aspectos da colonialidade do poder – que fixam atores sociais em determinadas posições: a divisão sexual e racial do trabalho – conjugados a eixos dinâmicos de opressão que estão no dia a dia das trabalhadoras domésticas (Bernardino-Costa, 2015).

Para entender o papel “tradicional” das mulheres como cuidadoras e apoiadoras dos homens, responsáveis pelo citado trabalho doméstico, o termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se a duas concepções, de conteúdos distintos. Abarca, de um lado, uma acepção sociográfica, onde se estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e espaço dessa distribuição; e analisa também como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Hirata e Kergoat (2007) ressaltam a importância de seguirmos além das constatações das desigualdades de gênero e sobre esse ponto trazem uma segunda acepção, segundo a qual a divisão sexual do trabalho significa:

[1] salientar que essas desigualdades são sistemáticas, e [2] articular essas desigualdades a uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade usa essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e assim os sexos, criando um sistema de gênero (Hirata & Kergoat, 2007).

Afirmam ainda que a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social oriunda das relações sociais entre os sexos. Trata-se de um fator relevante para a sobrevivência da relação entre homens e mulheres, que se molda histórica e socialmente: “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc)” (Hirata & Kergoat, 2007: 599). Tal forma específica da divisão social possui dois princípios organizadores: [1] o princípio de separação – há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e [2] o princípio hierárquico – o trabalho do homem “vale” mais que um trabalho de mulher.

Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas e podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista – que reduz o gênero ao sexo biológico e as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. Todavia, ainda que dois princípios de separação se encontrem dessa forma, conhecidos e legitimados em todas as sociedades, isso não implica que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Longe disso, contam com grande plasticidade. O que permanece estável não são as situações, que sempre evoluem, mas sim a distância entre os sexos (Hirata e Kergoat, 2007).

A interseção de categorias como gênero e raça mostra-se relevante na distribuição de ocupações dentro dos mercados formal ou informal, como aponta Araújo (2012):

Assim, encontramos uma hierarquia de gênero e cor no trabalho informal, que situa, com maior peso, mulheres e homens brancos no trabalho por conta própria e entre os empregadores de pequenos negócios e, à medida que passamos a considerar o emprego doméstico, o trabalho não remunerado ou voltado para o consumo próprio, aumenta o peso da participação de mulheres e homens negros, com destaque para as negras que estão sobrerrepresentadas no emprego doméstico sem carteira e no trabalho não remunerado. (Araújo, 2012, p. 167)

Nessa perspectiva, Bernardino-Costa (2012a), em resenha sobre a obra *Migration, workdomesticand affect* de Gutiérrez-Rodríguez (2010), contraria as crenças e esperanças de que a divisão sexual do trabalho nos lares das nações centrais do capitalismo global tivesse se tornado mais simétrica,

[...] o emprego de uma outra mulher para fazer o trabalho doméstico, evita tensões e conflitos que poderiam surgir ao tentar empurrar o marido para uma participação mais igualitária. Entretanto, isso não elimina as desigualdades entre marido e mulher, pois esta é quem prioritariamente negocia e "gerencia" os afazeres domésticos, mesmo que trabalhe no setor industrial com jornada de trabalho semelhante ou superior a de seu marido. Da mesma forma, o emprego de outra mulher para o desempenho do trabalho doméstico, não estabelece uma solidariedade entre mulheres, como já atestaram as contribuições teóricas das mulheres terceiro mundistas [...]. Ao contrário, o emprego da trabalhadora doméstica introduz uma nova divisão em torno do trabalho doméstico, diferenciando as tarefas entre mais e menos agradáveis. Em tese, as trabalhadoras domésticas passam a fazer o trabalho 3-D [sujo, perigoso e degradante], enquanto a empregadora dedica-se qualitativamente às atividades de cuidado e carinho. É claro que, muitas vezes, a trabalhadora doméstica também dedica-se às atividades de cuidado das crianças, do mesmo modo que, quando a trabalhadora doméstica não comparece, todas as tarefas domésticas ficam sob a responsabilidade da empregadora (p.449).

Cuidado e *interdependência* são princípios estruturantes da vida social e são considerados valores femininos e, portanto, confinados à esfera doméstica (Hughes *et al.*, 2017). Uma das facetas do trabalho doméstico, tipicamente relegado a mulheres negras, é o trabalho de *care* que pode ser definido como: “serviço a alguém com quem ele ou ela está em contato pessoal (geralmente, face a face)”; “o trabalhador atende a uma necessidade ou desejo que é expresso diretamente pelo beneficiário do cuidado”; e, em menor proporção, “desenvolve as capacidades humanas do beneficiário” (England e Folbre, 1999, p.40).

Para Parreñas (2012), o trabalho doméstico é um trabalho que sustenta o bem-estar de quem o recebe, e dentro da esfera de trabalho de cuidado, reflete as relações de desigualdade na sociedade, uma vez que não apenas a sua provisão é desigual, com uns recebendo mais que outros, como os que proveem o trabalho doméstico tendem a ter menos recursos que aqueles que o recebem. E é por essa razão que a maioria dos trabalhadores do *care* é composta por mulheres. Geralmente, tem-se a ideia de que esse trabalho é uma responsabilidade não remunerada e feminina, e por consequência, é tratado como uma atividade não mercantil ou de baixo valor econômico. Além disso, é comumente exercido por mulheres pobres e não brancas, demonstrando a relevância da consideração de que o trabalho de *care* é um processo social que reflete as relações de desigualdades, reproduzindo as discrepâncias de raça, classe, gênero, sexualidade.

No Brasil, no trabalho doméstico, a força de trabalho é recrutada entre mulheres oriundas das camadas mais pobres e com os menores índices de escolaridade, características articuladas a uma forte marca de racialização. Entre as trabalhadoras domésticas brasileiras, 62% são negras e recebem salários 15,6% inferiores aos das

brancas. Ademais, a escolaridade das negras também é menor: 6 contra 6,4 anos de estudos para as domésticas brancas (Fraga, 2013). Dessa forma, é nesse lugar social em que se dá o maior recrutamento das trabalhadoras e onde as outras desigualdades se interseccionam (Bernardino-Costa, 2012b).

Tomando por exemplo o descrito sobre o trabalho doméstico no Brasil, ressaltamos o apontado por Akotirene(2018) ao dizer do engano que é pensar a interseccionalidade como múltiplas identidades, quando na verdade ela é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. Nesse sentido, não se pode ignorar “o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo” (Akotirene, 2018: 18).

Dentre as narrativas sobre a desigualdade que se expressam no corpo, os estudos sobre a deficiência foram os que mais tardiamente surgiram no campo das ciências sociais e humanas (Diniz et al., 2010). Assim como para o sexismo ou racismo, a nova expressão da opressão do corpo levou à criação do termo capacitismo. Essa categoria analítica no Brasil, como tradução do termo *disablism*, foi proposta por Mello (2014).

Mello (2014), ao ter por referência a teoria *queer*¹(Butler, 2017), cujo principal axioma postula que a sociedade contemporânea é regida pela heteronormatividade, e a teoria *crip*², que em sua máxima sustenta-se pelo apontamento da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal, ressalta que os dois campos as respectivas premissas da ideia de que as categorias binárias heterossexualidade/homossexualidade e capacidade/deficiência são histórica e

¹Segundo Salih(2012), na década 80, uma série de teóricas rejeitou a ideia de que o “sexo” era algo biologicamente determinado, baseadas nas formulações de Foucault sobre as formas pelas quais o sexo e a sexualidade são discursivamente construídos ao longo do tempo. A partir desta perspectiva, a “mulher” não era mais uma categoria com uma suposta estabilidade, como foi muitas vezes nos discursos feministas dos anos 1960 e 1970. E, “*enquanto os estudos de gênero, gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito “feminino”)* como um pressuposto, a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”. Ainda segundo a autora, a teoria *queer* surgiu das interseções entre as teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalistas e orientavam a investigação que já se fazia sobre a categoria do sujeito. A expressão “*queer*” foi uma apropriação radical de um termo que era usado para ofender e insultar.

²McRuer(2006), ao considerar a teoria *queere* os estudos sobre a deficiência, salienta que tanto a homossexualidade quanto a deficiência compartilham de um passado claramente patologizado. E, apesar de uma consciência crescente da intersecção entre a teoria *queer* e aqueles estudos, pouca atenção tem sido dada a respeito da similaridade entre a heterossexualidade e a identidade dos corpos capazes. A ideia de um corpo capaz, ainda mais que a heterossexualidade, se disfarça em grande parte como uma não identidade, mas sim como algo “dentro da ordem natural das coisas”. A Teoria *Crip: Sinais Culturais de Queerness e Deficiências* surge a partir das tradições de estudos culturais que questionam a “ordem das coisas”, abordando a forma e a razão daquilo que é construído se tornar naturalizado; como é incorporado em complexas relações econômicas, sociais e culturais; e como pode ser mudado.

socialmente construídas. A expressão utilizada por McRuer para se referir à concepção naturalizada, “normal” e esperada para os corpos(2006) é *compulsoryable-bodiedness*, todavia, ao invés de “aptonormatividade”, a autora preferiu a tradução corponormatividade enquanto tradução mais compreensível. E, por convenção, adotou a expressão *corpos capazes*, e não corpos *aptos*. Mello (2014) sublinha que essa distinção etimológica é necessária para acionar a categoria *capacitismo*, “materializada em atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (p. 53 -54).

Segundo Hughes e Paterson (1997), além da opressão sofrida pelo corpo com impedimentos, a pessoa com deficiência pode sofrer a conversão de outras variáveis de desigualdade, como gênero, raça e orientação sexual. Garland-Thompson (2011) esclarece que a adição da experiência da deficiência além de não obscurecer os efeitos de outros eixos de opressão, desloca o quadro conceitual para fortalecer a compreensão de interseccionalidade entre os múltiplos sistemas. A integração da deficiência esclarece como este agregado atua em conjunto, mas distintamente, para apoiar uma norma imaginária e a estrutura das relações que concedem poder, privilégio e status.

Fine e Asch(1988)foram as primeiras a comparar explicitamente os diferentes tipos de construções sociais e apontaram que, até a data de sua publicação,todas as pesquisas sobre homens e mulheres com deficiência pareciam simplesmente assumir a irrelevância das categorias de gênero, raça, etnia, orientação sexual ou classe social. À primeira vista, ter uma deficiência presumivelmente eclipsaria essas dimensões da experiência social. A deficiência era tomada como um conceito unitário, um status exclusivo e único das pessoas com deficiência.

Todavia, ao considerar as intersecções a que essas pessoas estão submetidas, Thomas (2012) demonstra que categorias homogeneizadas e homogeneizantes como mulheres, homoafetivos e pessoas com deficiência devem ser descreditadas já que combinam e mimetizam grandes diferenças de posicionamento social e variações de poder e status *entre* e *intra* os grupos sociais. A autora enfatiza que as identidades individuais constituem-se por múltiplas categorias de referência, e qualquer tentativa de definir uma pessoa apenas por uma única categoria resultaria em um reducionismo grosseiro. Ademais, ressalta que essas qualidades categóricas atribuídas interagem de maneiras complexas, e têm diferentes ponderações e destaques perante o cotidiano de cada indivíduo.

Garland-Thompson, em relação às interseções entre deficiência e gênero (1997) ressalta que existem muitos paralelos entre os significados sociais atribuídos aos corpos femininos e aqueles atribuídos a pessoas com deficiência. Tanto a mulher quanto o corpo com deficiência são considerados desviantes e inferiores; ambos são excluídos da participação plena na vida pública e econômica; ambos são definidos em oposição a uma norma que se presume possuir superioridade física natural (Garland-Thompson, 1997, p. 19). Já as interseções entre a raça/etnia e deficiência, segundo Priestley (2001) em um estudo etnográfico, fomentam, frequentemente, um sentimento de estranheza frente à sociedade dominante. Para alguns, isso inclui uma percepção de que eles não estão à altura de um padrão. E, apesar das suposições de muitos, aqueles que experimentam as interseções de deficiência e raça (ou alguma minoria cultural) não são simplesmente vítimas de injustiça e opressão, mesmo que essa possa ser a real experiência de vida deles. Por meio de suas histórias e experiências desafiaram as percepções e as ações estruturais, culturais e individuais que as tornam invisíveis, à margem, restritas e constrangidas.

A respeito do intercruzamento relacionado às dimensões de gênero e deficiência, Baldwin e Johnson (1995) relataram que o efeito do gênero sobre a discriminação contra pessoas com deficiência foi ignorado em estudos e artigos sobre políticas sociais, mesmo com a argumentação de estudiosos de que a discriminação por gênero é maior para as mulheres com deficiência do que para aquelas sem deficiência. Para os autores, duas razões para esta assertiva são: [1] uma deficiência perceptível é mais incapacitante para as mulheres que para os homens porque socialmente é enfatizada a beleza física da mulher (Hahn, 1987; Blackwell-Straton *et al.*, 1988); e [2] uma deficiência interfere e limita o papel tradicional das mulheres como cuidadoras e apoiadoras dos homens (Fine e Asch, 1988).

Segundo Baldwin e Johnson (1995) as trabalhadoras com deficiência recebem, em média, 14% a menos que aquelas sem deficiência. As primeiras estão sobre-representadas em ocupações de serviços e semi-qualificadas, e sub-representadas em ocupações profissionais ou em cargos de gerência. Hara (2004) apontou que as mulheres com deficiência são duplamente penalizadas no mercado de trabalho, pois enfrentam uma possível discriminação com base tanto no gênero quanto na deficiência.

Por outro lado, Pettinicchio e Maroto (2017) verificaram que as pessoas com os diferentes tipos de deficiência experimentam grandes disparidades no emprego e nos ganhos salariais, ambos variando por gênero. Por meio das interações entre os diferentes

tipos de deficiência e gênero, foi encontrado que apesar das mulheres com deficiência enfrentarem uma dupla desvantagem no mercado de trabalho, a deficiência apresenta tem efeitos negativos mais fortes entre os homens. A hipótese dos pesquisadores para esse resultado é a de que esses efeitos estejam relacionados a noções dominantes de masculinidade, e que a deficiência seria mais limitante para os homens que são menos capazes de ocupar papéis masculinos no mercado de trabalho. Nesse sentido, os autores reforçam a necessidade de se considerar os múltiplos marcadores sociais, incluindo aqueles relacionados à presença de diferentes tipos de deficiência, para a compreensão da perpetuação das desigualdades no mercado de trabalho.

Especificamente em relação ao trabalho doméstico, salientamos os achados por Garcia e Maia (2012) no Brasil: a prevalência das pessoas com deficiência nos grupos mais vulneráveis da sociedade: mulheres, negras e com baixa escolaridade. No mercado de trabalho, apresentam maiores proporções no trabalho doméstico que as pessoas sem deficiência.

Sobre esses achados, chamou-nos a atenção a grande quantidade de mulheres com deficiência no trabalho doméstico. A respeito desse ponto, salientamos a ética do cuidado de Eva Kittay (1999), na qual afirma que todos em algum momento da vida estarão em alguma situação de vulnerabilidade e dependência, necessitando de cuidado de terceiros. Não apenas as pessoas com deficiência, as crianças ou idosos que corroboram essa tese, mas a própria condição humana, uma vez que “todos somos filhos de uma mãe” (Kittay, 1999: 25). Dessa forma, uma sociedade que se proponha igualitária precisa dedicar-se ao projeto de justiça baseado não mais na ética do direito, mas sim na ética do cuidado³, na qual há a premissa da interdependência: a construção de uma noção de igualdade alicerçada na relação entre os seres humanos.

A contribuição de Kittay corresponde a uma crítica ao modelo social da deficiência, que tinha a ideia de que mediante a retirada das barreiras, seria possível às

³ Segundo Hughes *et al.* (2017) é possível identificar diferentes abordagens sobre o cuidado, sendo a diferença mais explícita entre a forma que o cuidado é descrito por estudiosas feministas e pelos ativistas do modelo social da deficiência. Para as primeiras, a ênfase é dada no cuidado usualmente feminino e é o processo através do qual o gênero é definido. O trabalho de cuidado é visto como uma tarefa e uma responsabilidade de mulheres, ligado intrinsecamente aos seus papéis sociais e econômicos. Os trabalhos de cuidado não são pagos em sua maioria e há evidências de que esses trabalhos são marcados por gênero. Para Hochschild (2017), essa natureza do trabalho marcado pelo gênero coloniza e constrói as mulheres como naturalmente do cuidado. Já para os teóricos da primeira geração do modelo social da deficiência, o receptor do cuidado (masculino ou feminino) é o lócus de interesse. Homens ou mulheres com deficiência, destinatários do cuidado, viveriam uma vida trágica, refletindo a histórica invalidação das vidas das pessoas com deficiência e seus corpos. Dessa forma, onde as feministas percebiam o cuidado em termos de regras que produzem homens e mulheres, ativistas ligados à deficiência veem os cuidados primeiramente em termos de infantilização e (des)empoderamento de pessoas com deficiência (Hughes *et al.*, 2017: 105).

peças com deficiência demonstrarem toda a sua capacidade e potencialidade produtiva. Essa assertiva foi criticada de forma severa pelas teóricas feministas por ser uma concepção insensível à diversidade de vivências da deficiência: O ideal supervalorizado da independência e autonomia se mostrava perverso para as pessoas com deficiência que não podem vivê-lo. Mesmo com todos os arranjos sociais que potencializem uma vida independente, determinados tipos de lesões desafiam os propósitos de independência, autonomia e capacidade para o trabalho (Diniz, 2007; Barreto, 2016).

Segundo Bê (2012), teóricas feministas e com deficiência, como Jenny Morris (1993; 1996; 2001), lideraram essa crítica, e, com base nas pesquisas que realizaram colocaram por baixo a ideia de as mulheres com deficiência eram simplesmente "pesos" ou meros "receptores passivos de cuidados". Ela concluiu que essas pessoas normalmente consideradas destinatárias passivas de ajuda de outrem podem também ser "cuidadores" (Morris 1993: 89). As mulheres com deficiência frequentemente assumiam várias responsabilidades, e as relações recíprocas eram comuns (Morris 1993; 110).

Dessa forma, faz-se objetivo dessa pesquisa o estudo sobre as interseções entre sexo, cor/raça e deficiência no trabalho doméstico no Brasil. Para alcançar esse intuito, faremos uso da metodologia descrita abaixo.

Metodologia

Os dados utilizados são oriundos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes ao Censo de 2010. Foram consideradas pessoas com deficiência aquelas que declararam ter alguma incapacidade ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus (deficiência física), incapacidade ou grande dificuldade permanente de ouvir (deficiência auditiva), incapacidade ou grande dificuldade permanente de enxergar (deficiência visual), deficiência intelectual permanente (deficiência cognitiva) e aqueles que possuem duas ou mais incapacidades e/ou dificuldades permanentes (deficiência múltipla).

A opção de utilizarmos a classificação da deficiência com enfoque nas incapacidades e grandes dificuldades permanentes foi feita a partir dos resultados encontrados na pesquisa de Garcia e Maia (2014). O estudo foi feito a partir dos dados do Censo 2010 e verificou que a população com alguma dificuldade – respondentes que declararam ter alguma dificuldade em caminhar, ouvir, enxergar – apresenta

características muito mais próximas à população sem deficiência do que aquela com dificuldades permanentes ou incapacidade.

Com o intuito de retratar as diferenças das características individuais e sociais entre as pessoas com e sem deficiência, por sexo, realizamos a análise da estatística descritiva de toda a população brasileira, com idade entre 18 e 60 anos. Posteriormente, buscamos detalhar melhor a população em estudo – pessoas com e sem deficiência, por sexo e se estão ou não no trabalho doméstico.

Segundo a metodologia utilizada pelo Censo, compreende o trabalho doméstico as seguintes ocupações: *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral, Cozinheiros, Cuidadores de crianças, Trabalhadores de cuidados pessoais a domicílios, Garçons, Guardas de segurança, Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, Trabalhadores elementares da jardinagem e horticultura, Pessoas que realizam várias tarefas, Carregadores de água e coletores de lenha.*

Para verificar o efeito da cor/raça, do sexo e da escolaridade, bem como das demais variáveis, sobre a chance das pessoas com e sem deficiência estarem no trabalho doméstico foram realizados seis modelos de regressão logística binária, todos com a mesma variável dependente.

Nos dois primeiros modelos, buscamos principalmente compreender o efeito da escolaridade, da cor/raça, do sexo e das interações entre estas duas últimas variáveis, discriminando as populações de trabalhadores com e sem deficiência (Modelo 1 e Modelo 2), sobre a probabilidade deles estarem no trabalho doméstico.

Posteriormente, com o objetivo de verificar os efeitos das variáveis referentes à escolaridade e demais variáveis de controle sobre os diferentes grupos, realizamos a análise dos quatro outros modelos: Modelo 3, com mulheres com deficiência; Modelo 4, com mulheres sem deficiência; Modelo 5, com homens com deficiência; Modelo 6, com homens sem deficiência.

As variáveis utilizadas nos modelos – variável dependente, variáveis de teste e variáveis de controle - estão descritas na Tabela 1, logo abaixo.

Tabela 1: Variáveis utilizadas nos modelos de regressão logística binária

<i>Variável</i>	<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
<i>Variável dependente</i>		
<i>Estar no trabalho doméstico</i>	Binária	1 = Declarou estar no trabalho doméstico – composta a partir das variáveis do CENSO referentes a estar no trabalho doméstico com ou sem carteira assinada. 0 = Declarou não estar no trabalho doméstico – composta a partir das variáveis do CENSO referentes aos demais empregados celetistas, militares, funcionários públicos estatutários e demais empregados sem

<i>Variável</i>	<i>Tipo</i>	<i>Descrição</i>
		carteira de trabalho assinada.
Variáveis teste		
<i>Escolaridade</i>		
Fundamental completo e médio incompleto	Binária	1 = Possui o fundamental completo ou o médio incompleto 0 = Sem instrução e fundamental incompleto
Médio completo e superior incompleto	Binária	1 = Possui o médio completo ou o superior incompleto 0 = Sem instrução e fundamental incompleto
Superior completo	Binária	1 = Possui o superior completo 0 = Sem instrução e fundamental incompleto
Raça/cor	Binária	0= Não brancos – pretos e pardos 1= Brancos
Sexo	Binária	0 = Mulheres 1 = Homens
Raça/cor e sexo	Binária	Variável composta a partir da interação entre raça/cor e sexo, onde: 0=mulheres e negras 1=homens e brancos
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios com rendimento	Linear	Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima) da distribuição do rendimento mensal dos domicílios (local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos) com rendimento.
Variáveis de controle		
<i>Nível individual</i>		
Idade	Linear	Idade do indivíduo em anos
<i>Estado civil</i>		
Divorciado ou separado judicialmente	Binária	1= Divorciado ou separado judicialmente 0 = Casado
Viúvo	Binária	1 = Viúvo 0 = Casado
Solteiro	Binária	1 = Solteiro 0 = Casado
<i>Posição no domicílio</i>		
Cônjuge ou companheiro	Binária	1 = Cônjuge ou companheiro(a) da pessoa responsável pelo domicílio 0 = Pessoa responsável pelo domicílio
Filho	Binária	1 = Filho(a) ou enteado(a) da pessoa responsável pelo domicílio 0 = Pessoa responsável pelo domicílio
Outros	Binária	1 = Possui outros vínculos com a pessoa responsável pelo domicílio (genro, nora, avós(ôs), primos(as), etc)
<i>Nível macro</i>		
Urbano	Binária	1 = O domicílio está em área urbana 0 = O domicílio está em área rural
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios com rendimento	Linear	Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima) da distribuição do rendimento mensal dos domicílios (local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos) com rendimento.
Região Metropolitana	Binária	1 = O domicílio está em uma das regiões metropolitanas do país 0 = O domicílio não está em uma das regiões metropolitanas do país
<i>Região geográfica</i>		
Norte	Binária	1 = Norte 0 = Sudeste
Nordeste	Binária	1 = Nordeste 0 = Sudeste
Centro-Oeste	Binária	1 = Centro-Oeste 0 = Sudeste
Sul	Binária	1 = Sul 0 = Sudeste

Análise dos dados

Estatística descritiva

A respeito da escolaridade, conforme nos mostra a Tabela 2, notamos que no geral as mulheres tendem a apresentar maiores proporções nas credenciais mais avançadas, como o ensino médio completo e superior completo. Todavia, considerando a deficiência, notamos proporções bastante superiores, por gênero, entre aqueles que não possuem qualquer instrução ou o ensino fundamental incompleto. Dessa forma, as mulheres com deficiência têm uma proporção superior em 27,86 pontos percentuais, quando comparadas àquelas sem deficiência na categoria de analfabetos e Ensino Fundamental incompleto. No caso dos homens, essa diferença é de 26,06%.

No tocante à posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, observamos, no geral, que os homens, quando comparados às mulheres, apresentam maiores proporções entre os trabalhadores celetistas, conta-própria e empregadores. As mulheres estão mais representadas na categoria de servidores estatutários e militares. Por outro lado, estão mais presentes, quando comparadas aos homens, nas categorias de emprego referentes aos trabalhadores sem carteira assinada, aos não remunerados e aos trabalhadores na produção para o próprio consumo. Ao analisar a deficiência, notamos o aprofundamento dessas diferenças: as trabalhadoras e trabalhadores com deficiência apresentam maiores percentuais, por gênero, nessas últimas categorias – as mais precárias – e menores percentuais naquelas referentes ao mercado formal.

Especificamente subgrupo e categoria do emprego do trabalho principal, notamos as baixíssimas proporções de homens no trabalho. Por outro lado, é interessante observar as maiores proporções de mulheres nesse trabalho, aquelas sem deficiência (19%) e, principalmente as mulheres com deficiência: 30% do seu total, sendo que dessas, 21% não tem a carteira de trabalho assinada.

A respeito da renda domiciliar *per capita*, notamos a maior proporção de mulheres entre os intervalos de renda até 0,75% de 1 salário mínimo. Já os homens apresentam proporções superiores a partir de 1 salário mínimo per capita. Quando a deficiência é considerada, verifica-se, no geral, o agravamento dessas diferenças por gênero. As pessoas com deficiência estão em maiores proporções nas rendas inferiores e estão menos representadas nas rendas superiores. Até 1 salário mínimo, temos 64% e

62% das mulheres e homens com deficiência, 56% e 52%, respectivamente, daqueles sem deficiência. De outro lado, no intervalo de renda superior a 5 salários-mínimos per capita, as mulheres com deficiência têm sua proporção nessa faixa equivalente a metade da proporção de mulheres sem deficiência, para os homens, essa diferença também se mostra relevante.

Quanto às regiões, notamos as maiores proporções de mulheres e homens com deficiência nas regiões Norte e Nordeste, menos desenvolvidas que as demais.

Dessa forma, ao analisarmos os dados das frequências por sexo, notamos inicialmente a presença das mulheres nos níveis superiores de escolaridade. Todavia, ao olharmos para a deficiência, observa-se que a maioria, mulheres e homens, não possuem qualquer instrução ou somente o ensino fundamental incompleto. E seguindo esse caminho, notamos que as diferenças encontradas *entre e intragênero* são acentuadas ao considerar a deficiência. As mulheres com deficiência estão as mais presentes nos grupos mais vulneráveis – menor escolaridade, negras, condições informais e precárias de trabalho, rendas domiciliares inferiores e nas regiões menos desenvolvidas – que as demais mulheres e homens, com e sem deficiência.

Tabela 2: Características da população por gênero de deficiência no Brasil*

Variáveis	Mulheres		Homens	
	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência
<i>Tipo de deficiência (IC 95%; p=0,000)</i>				
Física		16,54 16,4 - 16,68		15,52 15,38 - 15,66
Auditiva		7,153 7,058 - 7,249		10,75 10,63 - 10,87
Visual		48,33 48,14 - 48,51		36,92 38,72 - 39,11
Cognitiva		13,8 13,67 - 13,93		21,78 21,61 - 21,95
Múltipla		14,18 14,06 - 14,31		13,04 12,9 - 13,17
<i>Cor/raça</i>				
Brancos	49,94 49,89 - 50	44,11 43,92 - 44,29	47,78 47,73 - 47,84	43,95 43,75 - 47,84
Não-brancos	50,06 50 - 50,11	55,89 55,71 - 56,08	52,22 52,16 - 52,27	56,05 55,85 - 56,25
<i>Escolaridade(IC 95%; p=0,000)</i>				
Sem instrução e Fundamental incompleto	35,84 35,79 - 35,89	63,7 63,52 - 63,69	41,59 41,54 - 41,64	67,65 67,46 - 67,85
Fundamental completo e Médio incompleto	17,86 17,82 - 17,9	13,94 13,81 - 14,08	18,86 18,82 - 18,9	13,3 13,16 - 13,44
Médio completo e Superior incompleto	33,58 33,53 - 33,63	17,09 16,94 - 17,24	30,36 30,31 - 30,41	15,18 15,03 - 15,34
Superior completo	12,72 12,68 - 12,76	5,261 5,172 - 5,352	9,19 9,157 - 9,223	3,865 3,779 - 3,953
<i>Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal(IC 95%; p=0,000)</i>				
Empregados com carteira de trabalho assinada	47,09 47,02 - 47,16	34,32 34,04 - 34,6	49,58 49,52 - 49,63	39,76 39,49 - 40,03
Militares e funcionários públicos estatutários	7,492 7,458 - 7,526	6,494 6,357 - 6,634	4,398 4,375 - 4,422	3,538 3,437 - 3,642
Empregados sem carteira de trabalho assinada	22,47 22,42 - 22,53	27,31 27,05 - 27,57	17,03 16,99 - 17,08	19,44 19,24 - 19,65
Conta própria	16,55 16,5 - 16,6	21,28 21,04 - 21,52	23,54 23,5 - 23,59	28,62 28,38 - 28,86

Variáveis	Mulheres		Homens	
	Sem deficiência	Com deficiência	Sem deficiência	Com deficiência
Empregadores	1,564 1,547 - 1,581	0,851 0,7969 - 0,9087	2,306 2,289 - 2,324	1,478 1,412 - 1,548
Não remunerados	1,729 1,713 - 1,745	2,88 2,79 - 2,974	0,5116 0,5035 - 0,5198	1,123 1,071 - 1,178
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,099 3,08 - 3,118	6,864 6,744 - 6,985	2,631 2,615 - 2,647	6,036 5,93 - 6,144
<i>Subgrupo e categoria do emprego do trabalho principal (IC 95%; p=0,000)</i>				
Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada	6,784 6,745 - 6,823	8,62 8,415 - 8,831	0,5168 0,5071 - 0,5267	0,6261 0,5734 - 0,6835
Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada	12,47 12,42 - 12,52	20,94 20,65 - 21,23	0,6456 0,6354 - 0,656	1,145 1,076 - 1,218
Demais empregados com carteira de trabalho assinada	54,33 54,25 - 54,41	41,76 41,4 - 42,12	69,3 69,24 - 69,36	62,75 62,42 - 63,08
Militares e funcionários públicos estatutários	9,723 9,679 - 9,767	9,532 9,333 - 9,735	6,194 6,161 - 6,227	5,639 5,479 - 5,803
Demais empregados sem carteira de trabalho assinada	16,69 16,64 - 16,75	19,15 18,87 - 19,42	23,34 23,29 - 23,4	29,84 29,54 - 30,15
<i>Renda per capita domiciliar em salários mínimos (IC 95%; p=0,000)</i>				
0	5,149 5,124 - 5,175	5,04 4,956 - 5,126	4,299 4,274 - 4,323	4,775 4,688 - 4,863
0,01 - 0,24	9,12 9,092 - 9,149	11,46 11,35 - 11,57	8,183 8,154 - 8,212	10,65 10,53 - 10,76
0,25 - 0,49	14,55 14,51 - 14,58	17,3 17,16 - 17,44	13,9 13,87 - 13,94	16,97 16,82 - 17,12
0,50 - 0,74	15,26 15,22 - 15,3	19,17 19,03 - 19,32	14,54 14,5 - 14,58	18,43 18,27 - 18,59
0,75 - 0,99	10,78 10,74 - 10,82	10,87 10,75 - 10,99	11,04 11,01 - 11,08	11,1 10,97 - 11,23
1 - 1,99	24,94 24,89 - 24,99	24,23 24,07 - 24,39	26,7 26,65 - 26,75	25,17 24,99 - 25,35
2 - 2,99	8,108 8,075 - 8,142	5,552 5,461 - 5,646	8,521 8,486 - 8,556	5,615 5,516 - 5,716
3 - 3,99	3,876 3,852 - 3,9	2,208 2,148 - 2,27	3,952 3,927 - 3,977	2,296 2,23 - 2,364
4 - 4,99	2,108 2,089 - 2,126	1,087 1,044 - 1,131	2,097 2,079 - 2,116	1,15 1,102 - 1,199
5 ou mais	6,109 6,077 - 6,14	3,075 3,003 - 3,15	6,76 6,728 - 6,793	3,849 3,764 - 3,936
<i>Região geográfica (IC 95%; p=0,000)</i>				
Norte	7,46 7,41 - 7,49	7,91 7,80 - 8,01	7,916 7,883 - 7,95	8,415 8,302 - 8,529
Nordeste	26,52 26,46 - 26,57	32,39 32,22 - 32,57	26,1 26,05 - 26,15	31,62 31,43 - 31,81
Sudeste	43,83 43,77 - 43,89	39,33 39,14 - 39,52	43,54 43,47 - 43,6	38,71 38,51 - 38,92
Centro-Oeste	7,517 7,483 - 7,551	6,936 6,835 - 7,038	7,664 7,631 - 7,698	6,825 6,718 - 6,935
Sul	14,67 14,63 - 14,71	13,43 13,31 - 13,55	14,78 14,75 - 14,82	14,43 14,3 - 14,56
Número total de pessoas	5800000	410000	5700000	350000
Percentual	93,63% das mulheres	6,37% das mulheres	94,42% dos homens	5,58% dos homens

Fonte: IBGE – Dados do Censo 2010, trabalhados pelos autores.

População de trabalhadores entre 18 e 60 anos.

* Todos os valores em porcentagens, exceto quando há outra especificação.

Ao analisar das características a respeito da população em estudo, conforme podemos observar na Tabela 3, encontramos primeiramente as maiores médias de idade entre as trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Essa média se mostra superior entre as pessoas com deficiência, sendo essa tendência seguida por essas pessoas fora do trabalho doméstico. Quanto à raça/cor, notamos no geral uma maioria não branca, sendo a única exceção o grupo dos trabalhadores fora do trabalho doméstico (52,15%); e, independente do sexo ou deficiência, a cor do trabalho doméstico é, em maioria, negra.

O maior percentual foi encontrado no grupo de mulheres com deficiência, negras e trabalhadoras domésticas (62,56%), seguidos pelos homens sem deficiência, demais mulheres sem deficiência, e homens com deficiência, todos no trabalho doméstico.

Sobre a escolaridade, destacamos que a grande maioria das pessoas com deficiência no trabalho doméstico não possui qualquer instrução ou o nível fundamental incompleto, sendo que os homens com deficiência apresentaram as maiores proporções, no trabalho doméstico e fora dele. As mulheres com deficiência, apesar de apresentarem proporções aproximadamente 5 pontos percentuais inferiores daqueles, quando comparadas às mulheres sem deficiência se mostram extremamente concentradas nos níveis mais baixos de escolarização. Por outro lado, notamos que as mulheres sem deficiência apresentam os melhores níveis de escolaridade em relação a todos demais grupos, tanto no trabalho doméstico quanto nos demais.

Sobre o tipo de deficiência, observamos que a maioria possui deficiência visual. No trabalho doméstico, há uma maior concentração dos trabalhadores nessa deficiência, sendo a proporção de mulheres 10 pontos percentuais superior à proporção de homens. Fora do trabalho doméstico, notamos uma distribuição mais homogênea entre os demais tipos de deficiência, sendo a deficiência visual seguida pelas proporções consideráveis de homens com deficiência cognitiva e mulheres com deficiência física.

Em todos os grupos há a predominância do estado civil solteiro e os homens sem deficiência estão notadamente nessa categoria, seguidos por aqueles com deficiência, mulheres sem deficiência e mulheres com deficiência. Sobre essas últimas, observa-se que estão mais presentes nas categorias de divorciados e viúvos. Quanto a estar casado, os homens com deficiência são a exceção em relação aos demais grupos, quando comparados por trabalho doméstico e não doméstico. Em todos os demais, a proporção de trabalhadores e trabalhadoras domésticas casadas foram inferiores às proporções daqueles que não estão nesse trabalho. Quanto a essa verificação, é interessante notar que a maior parte dos homens com deficiência e no trabalho doméstico são responsáveis pelo domicílio (56,94%). Essa proporção foi a maior encontrada em todos os grupos, sendo 8 pontos percentuais superior ao grupo de trabalhadores com deficiência fora do trabalho doméstico e aos homens sem deficiência. Essa mesma tendência é encontrada em relação às mulheres: considerando a deficiência e o trabalho doméstico, as que possuem alguma deficiência apresentam a maior proporção entre as responsáveis pelo domicílio, seguidas pelas demais com deficiência e mulheres sem deficiência.

A respeito das características do emprego, vemos inicialmente as menores médias salariais obtidas pelas mulheres, com e sem deficiência, no trabalho doméstico. As mulheres com deficiência e no trabalho doméstico têm as menores rendas salariais de todos os grupos, sendo seguidas pelas mulheres sem deficiência e homens com deficiência. As médias daquelas que não estão no trabalho doméstico são superiores às demais, mas sempre inferiores às médias dos homens, especialmente aqueles sem deficiência e que não estão no trabalho doméstico, os quais possuem as maiores rendas salariais. A jornada de trabalho também é superior para este último grupo, seguidos pelos homens com deficiência e fora do trabalho doméstico. As menores jornadas semanais foram encontradas nos grupos de mulheres com deficiência, seguidas pelas mulheres sem deficiência. Quanto ao tempo de deslocamento para o trabalho, observamos no geral, que a maioria tende a gastar entre 6 e 30 minutos no trajeto. Os homens com deficiência e no trabalho doméstico tem a maior proporção entre as pessoas que gastam até 5 minutos para chegar ao trabalho, e, excetuando-se esse grupo, as demais pessoas com deficiência estão mais presentes entre aqueles que gastam mais tempo para chegar ao trabalho – mais de 1 até 2 horas ou mais de 2 horas -, quando comparadas às pessoas que não possuem deficiência, sendo as mulheres com deficiência e no trabalho doméstico as mais presentes nessas proporções.

Tabela 3:Características da população por gênero, deficiência e trabalho doméstico

Variáveis e intervalos de confiança	Mulheres				Homens			
	Sem deficiência		Com deficiência		Sem deficiência		Com deficiência	
	Domésticas	Não domésticas	Domésticas	Não domésticas	Domésticos	Não domésticos	Domésticos	Não domésticos
Idade (média em anos)	37,82 37,78 - 37,85	35,67 35,66 -35,69	44,59 44,46 - 44,71	43,49 43,44 - 43,53	37,77 37,63 - 37,90	35,55 35,54 - 35,56	43,97 43,41 - 44,54	41,77 41,72 - 41,32
<i>Tipo de deficiência (IC 95%; p=0,000)</i>								
Física			15,7 15,22 - 16,19	16,62 16,48 - 16,76			11,87 10,32 - 13,6	15,54 15,4 - 15,68
Auditiva			7,45 7,12 - 7,80	7,125 7,027 - 7,225			14,39 12,71 - 16,25	10,73 10,6 - 10,85
Visual			59,11 58,46 - 59,76	47,34 47,15 - 47,54			48,77 46,23 - 51,33	38,86 38,66 - 39,05
Cognitiva			6,09 5,78 - 6,40	14,5 14,36 - 14,64			13,46 11,8 - 15,32	21,83 21,66 - 22
Múltipla			11,65 11,23 - 12,08	14,41 14,28 - 14,55			11,5 9,95 - 13,27	13,05 12,91 - 13,18
<i>Raça/Cor(IC 95%; p=0,000)</i>								
Branços	38,69 38,53 - 38,86	48,99 48,93 - 49,05	37,44 36,81 - 38,09	44,71 44,52 - 44,91	38,26 37,67 - 38,65	52,15 52,1 - 52,21	40,24 37,79 - 42,75	43,97 43,77 - 44,18
Não-branços	61,31 61,14 - 61,47	51,01 50,95 -51,07	62,56 61,91 - 63,19	55,29 55,09 -55,48	61,74 61,15 - 62,33	47,85 47,79 - 47,9	59,76 57,25 - 62,21	56,03 55,82 - 56,23
<i>Escolaridade(IC 95%; p=0,000)</i>								
Sem instrução eFundamental incompleto	58,78 58,61 - 58,94	33,68 33,63 - 33,7	72,89 72,29 - 73,48	62,87 62,67 - 63,06	64,26 63,67 - 64,84	41,44 41,39 - 41,49	77,54 75,22 - 79,7	67,59 67,39 - 67,78
Fundamental completo e Médio incompleto	22,46 22,32 - 22,6	17,43 17,39 - 17,47	16,49 15,99 - 16,99	13,71 13,58 - 13,85	18,4 17,93 - 18,87	18,86 18,82 - 18,9	13,73 11,98 - 15,69	13,3 13,16 - 13,44
Médio completo e Superior incompleto	18,3 18,16 - 18,43	35,02 34,97 - 35,07	10,28 9,87 - 10,7	17,71 17,56 - 17,87	16,45 15,99 - 16,93	30,45 30,4 - 30,5	8,284 6,896 - 9,923	15,22 15,07 - 15,38
Superior completo	0,47 0,449 - 0,4965	13,88 13,84 - 13,92	0,34 0,27 - 0,43	5,71 5,612 - 5,808	0,89 0,7738 - 1,022	9,25 9,21 - 9,28	0,4497 0,2086 - 0,9669	3,886 3,8 - 3,97
<i>Estado civil(IC 95%; p=0,000)</i>								
Casado	35,25 35,09 - 35,4	41,78 41,73 - 41,83	35,53 34,91 - 36,16	38,98 38,79 - 39,16	35,6 35,03 - 36,17	39,66 39,62 - 39,71	39,66 37,22 - 42-15	38,33 38,14 - 38,52
Divorciado ou separado	8,30 8,21 - 8,39	6,22 6,19 - 6,25	11,79 11,38 - 12,21	8,517 8,409 - 8,626	5,34 5,08 - 5,61	4,68 4,661 - 4,704	6,65 5,49 - 8,04	5,986 5,89 - 6,08
Viúvo	4,07 4,001 - 4,13	3,28 3,26 - 3,30	8,26 7,89 - 8,63	7,81 7,709 - 7,911	1,106 0,9909 - 1,234	0,76 0,75 - 0,77	2,21 1,57 - 3,11	1,56 1,51 - 1,61
Solteiro	52,39 52,22 - 52,56	48,72 48,67 - 48,77	44,43 43,77 - 45,08	44,69 44,51 - 44,88	57,95 57,36 - 58,54	54,89 54,84 - 54,94	51,48 48,94 - 54	54,13 53,93 - 54,32
<i>Posição no domicílio(IC 95%; p=0,000)</i>								
Responsável	35,7 35,54 - 35,86	26,71 26,66 - 26,75	54,07 53,42 - 54,72	38,2 38,02 - 38,39	52,46 51,85 - 53,06	51,11 51,06 - 51,16	56,94 54,38 - 59,47	49,02 48,82 - 49,21
Cônjuge	39,82 39,65 - 39,98	44,22 44,17 - 44,27	30,71 30,11 - 31,31	35,72 35,54 - 35,9	15,54 15,11 - 15,98	13,08 13,05 - 13,11	17,41 15,54 - 19,45	13,98 13,84 - 14,12

Variáveis e intervalos de confiança	Mulheres				Homens			
	Sem deficiência		Com deficiência		Sem deficiência		Com deficiência	
	Domésticas	Não domésticas	Domésticas	Não domésticas	Domésticos	Não domésticos	Domésticos	Não domésticos
Filho	10,53 10,43 - 10,63	20,06 20,02 - 20,1	6,25 5,95 - 6,57	16,04 15,9 - 16,18	15,23 14,81 - 15,67	24,72 24,67 - 24,76	12,42 10,85 - 14,17	24,67 24,5 - 24,85
Outros	13,95 13,82 - 14,08	9,01 8,976 - 9,043	8,97 8,58 - 9,38	10,04 9,921 - 10,16	16,77 16,57 - 17,28	11,09 11,06 - 11,13	13,23 11,51 - 15,16	12,33 12,19 - 12,46
Média salarial (em R\$)	721,27 719,31 - 723,23	1755,964 1750,05 - 1761,87	650,33 640,67 - 659,99	1233,76 1209,6 - 1257,9	1069,224 1049,29 - 1089,16	2201,86 2195,09 - 2208,63	878,982 836,49 - 921,47	1602,791 1581,63 - 1623,94
Jornada de trabalho semanal (média em horas)	36,38 36,32 - 36,44	37,92 37,90 - 37,95	35,53 35,27 - 35,78	36,19 36,08 - 36,30	41,13 40,92 - 41,35	42,56 42,54 - 42,58	39,42 38,40 - 40,44	41,59 41,50 - 41,69
<i>Tempo de deslocamento da casa até o trabalho(IC 95%; p=0,000)</i>								
Até 5 minutos	11,06 10,95 - 11,17	13,83 13,78 - 13,89	11,9 11,44 - 12,37	14,74 14,47 - 15,01	12,51 11,99 - 13,06	11,89 11,85 - 11,93	14,52 12,21 - 17,19	12,04 11,85 - 12,24
De 06 minutos até meia hora	50,16 49,96 - 50,35	53,22 53,14 - 53,31	45,97 45,21 - 46,74	50,16 49,74 - 50,57	50,08 49,28 - 50,88	51,87 51,8 - 51,94	48,37 44,99 - 51,77	49,51 49,19 - 49,84
Mais de meia hora até uma hora	24,5 24,32 - 24,67	22,42 22,34 - 22,5	24,61 23,93 - 25,3	22,17 21,82 - 22,53	24,85 24,14 - 25,57	24,35 24,29 - 24,41	22,94 20,12 - 26,01	24,23 23,94,24,52
Mais de uma hora até duas horas	12,04 11,9 - 12,18	9,13 9,074 - 9,185	13,78 13,22 - 14,36	10,69 10,41 - 10,97	10,41 9,892 - 10,95	9,941 9,896 - 9,985	11,48 9,252 - 14,16	11,45 11,23 - 11,68
Mais de duas horas	2,251 2,186 - 2,317	1,393 1,371 - 1,416	3,742 3,48 - 4,084	2,241 2,107 - 2,383	2,143 1,909 - 2,405	1,946 1,926 - 1,967	2,689 1,655 - 4,34	2,757 2,644 - 2,875
Número total de pessoas	480000	1930000	29847	75000	39000	3060000	2129	111632
Percentual	19,25 do total de mulheres sem deficiência	80,74 do total de mulheres com deficiência	29,56 do total de mulheres com deficiência	70,44 do total de mulheres com deficiência	1,17 do total de homens sem deficiência	98,83 do total de homens com deficiência	1,78 do total de homens com deficiência	98,23 do total de homens com deficiência

Fonte: IBGE – Dados do Censo 2010, trabalhados pelos autores.
População de trabalhadores entre 18 e 60 anos.

Análise dos modelos

Com o intuito de verificar os efeitos das variáveis independentes sobre a chance de estar no trabalho doméstico, realizamos dois modelos logísticos binários, um para a população de trabalhadores com deficiência e outro para a população sem deficiência. Os resultados encontrados estão na Tabela 4. Buscamos, principalmente, analisar as diferenças e semelhanças os efeitos das variáveis de teste - sexo, raça, escolaridade – sobre esses dois grupos.

No tocante à escolaridade, destaca-se o quanto essas variáveis possuem efeito bastante superior na população de trabalhadores sem deficiência. Ao ter por referência o grupo de pessoas que não possui nenhuma instrução ou o fundamental completo, ter o fundamental completo e médio incompleto diminui em 29,68% a chance de o trabalhador estar no trabalho doméstico, enquanto essa redução é de 12,37% para aqueles que têm alguma deficiência (diferença de 17,3 pontos percentuais), mantendo-se tudo mais constante. Essa diferença cai para 13,33 pontos na categoria referente a ter o ensino médio completo e superior incompleto, e para 2% considerando o superior completo.

Quanto ao sexo e raça/cor, sobreleva o quanto o fato de ser homem diminui as chances de estar no trabalho doméstico: 94,3% para quem não possui deficiência e 93,6% para quem possui. Já o fato de ser branco, apesar de também reduzir as chances de estar nesse trabalho, o faz com efeitos menores: 28% a menos de chances para as pessoas sem deficiência e 23% a menos para quem tem deficiência. Nesse mesmo sentido, sobre o efeito interativo entre o sexo e a raça, notamos o quanto ser branco e homem diminui a probabilidade de estar no trabalho doméstico. Esse efeito é ainda maior para quem não possui deficiência - 112,37% - e, para quem tem deficiência, o efeito total é de 103,73%.

Nas demais variáveis individuais, notamos efeitos opostos em relação à idade: se para a população com deficiência o aumento dos anos diminui as chances de estar no trabalho doméstico, para aquelas sem deficiência essas chances aumentam com o decorrer do tempo. Nas categorias referentes ao estado civil, quando comparados a quem está casado, os efeitos têm formas similares entre os dois grupos, mas bastante superiores nos grupos sem deficiência. Ser viúvo diminui as chances por volta de 12% nos dois grupos. Todavia, ser divorciado ou solteiro aumentam consideravelmente as chances de estar no trabalho doméstico: 32% para quem tem deficiência e 40% para aqueles que não a possuem; 20% e o dobro disto no caso dos solteiros, respectivamente.

Por outro lado, quando comparados aos responsáveis pelo domicílio, o efeito das categorias tem efeito negativo e maior para a população com deficiência. Ser cônjuge ou companheiro reduz em 31% as chances das pessoas com deficiência em estar no trabalho doméstico, para aqueles que não possuem deficiência, esse efeito negativo é de 23%. Respectivamente, ser filho do responsável do domicílio, diminui em 74,5% e 45% as chances de estarem no trabalho doméstico.

Quanto às variáveis de nível macro, notamos quanto o fato de o domicílio estar na área urbana, bem como em uma região metropolitana, aumentam as chances das pessoas com e sem deficiência estarem em um emprego doméstico, sendo a proporção e pessoas com deficiência, nas duas variáveis, consideravelmente superior. Chamamos a atenção para o efeito do Índice de Gini municipal entre as duas populações. O aumento de um centésimo nesse Índice aumenta em 60% a probabilidade das pessoas sem deficiência estarem no trabalho doméstico. Todavia, para as pessoas com deficiência, o aumento de um centésimo no Índice, que mensura a desigualdade de renda, aumenta em 113% a probabilidade de essas pessoas estarem no trabalho doméstico.

Tabela 4: Resultados das regressões logísticas binárias sobre a chance de estar no trabalho doméstico

	Chance de estar no trabalho doméstico			
	Modelo 1		Modelo 2	
	População com deficiência Coef.*	Efeito %	População sem deficiência Coef.*	Efeito %
<i>Escolaridade</i>				
Fundamental completo e Médio incompleto	-0,1321	-12,37	-0,3521	-29,68
Médio completo e Superior incompleto	-0,8463	-57,10	-1,2182	-70,43
Superior completo	-3,1031	-95,51	-3,8846	-97,94
Idade	-0,0091	-0,91	0,0073	0,73
Homem	-2,7532	-93,63	-2,8709	-94,34
Branco	-0,2628	-23,11	-0,3271	-27,90
Homem e branco	0,1223	13,01	0,0942	9,87
<i>Estado civil</i>				
Divorciado ou separado judicialmente	0,2790	32,18	0,3374	40,13
Viúvo	-0,1241	-11,67	-0,1561	-14,46
Solteiro	0,1848	20,30	0,3313	39,27
<i>Posição no domicílio</i>				
Cônjuge ou companheiro	-0,3765	-31,38	-0,2575	-22,70
Filho	-1,3672	-74,52	-0,6023	-45,25
Outros	-0,5823	-44,14	0,2011	22,27
Urbano	0,8316	129,70	0,7494	111,58
Índice de Gini	0,7574	113,26	0,4700	59,99
Região metropolitana	0,2050	22,75	0,0313	3,17
<i>Região geográfica</i>				
Norte	-0,3704	-30,95	-0,4119	-33,76
Nordeste	-0,4957	-39,09	-0,3877	-32,14
Centro-Oeste	0,0166**	1,67	0,0329	3,35
Sul	-0,1315	-12,32	-0,1112	-10,53
Constante	-2,5188539		-2,70559	
N		747446		11235246
Número de clusters		644930		5394089
Likelihood-ratio		-1107166,7		-16422981
Pseudo R ²		0,15562699		0,19006928

Fonte: IBGE – Dados do Censo 2010.

População de trabalhadores entre 18 e 60 anos.

*Coeficientes com valor $p < 0,005$ exceto quando há outra especificação.

** Coeficientes com valor $p > 0,005$.

Com o intuito de verificar o efeito das variáveis de teste – escolaridade – e as de variáveis de controle – tanto micro quanto macro - por sexo e deficiência, realizamos a análise de quatro modelos logísticos binários sobre a chance dos indivíduos estarem no trabalho doméstico.

A respeito da escolaridade, notamos que o aumento dos níveis educacionais diminui as chances das pessoas estarem no trabalho doméstico. Todavia, esse efeito é mais contundente para as mulheres que para os homens. Notamos que os maiores efeitos para aquelas sem deficiência, indo de 29,5% (fundamental completo e médio incompleto) a quase 100% para o superior completo. No caso das mulheres com deficiência, esses efeitos negativos foram de 12% a 95%. Para os homens, notamos a mesma tendência de redução das chances de estar no trabalho doméstico com o avanço dos níveis educacionais, sendo elas superiores também para aqueles sem deficiência que aqueles com deficiência.

A respeito da idade, notamos resultados diferentes aos encontrados no modelo anterior – o aumento de 1 ano de idade tem efeito positivo sobre a chance das mulheres e homens sem deficiência estarem no trabalho doméstico, sendo esse efeito contrário para as mulheres com deficiência e não significativo para homens com deficiência.

Quanto ao estado civil, ao ter por referência os casados, notamos no geral o efeito positivo de ser divorciado ou solteiro sobre as chances de estar no trabalho doméstico. O primeiro eleva principalmente as chances das mulheres e não teve efeito significativo para os homens com deficiência. Já ser solteiro aumenta quase em 40% das chances das mulheres e homens sem deficiência estarem no emprego doméstico, em 24% para os homens com deficiência e, diminuiu em 12% a chance das mulheres com deficiência estarem naquele emprego.

Comparados às (aos) responsáveis pelos domicílios, somente sercônjuges ou companheiros e demais (como enteados, genros, noras etc) apresenta efeito positivo sobre a chance de estar no trabalho doméstico. Em todas as demais categorias encontramos efeitos negativos, notadamente entre aqueles que são filhos(as) dos responsáveis e têm deficiência.

Para as mulheres, as chances de estar no emprego doméstico são especialmente superiores quando o domicílio está na área urbana – 58% para as mulheres sem

deficiência e 159% para aquelas com deficiência. Já para os homens, esse efeito é negativo.

Quanto à desigualdade de renda do município, notamos seus efeitos positivos e superiores entre as pessoas com deficiência – o aumento de um centésimo no Índice de Gini provoca o aumento de 115% nas chances da mulher com deficiência estar no trabalho doméstico, 73% dos homens com deficiência e 58% das mulheres sem deficiência. Essa variável não apresentou efeito significativo para os homens com deficiência.

Tabela 5: Resultados das regressões logísticas binárias, por gênero e deficiência, sobre a chance de estar no trabalho doméstico

	Chance de estar no trabalho doméstico							
	Mulheres				Homens			
	Modelo 3 Com deficiência		Modelo 4 Sem deficiência		Modelo 5 Com deficiência		Modelo 6 Sem deficiência	
<i>Escolaridade</i>								
Fundamental completo e médio incompleto	-0,1317	-12,34	-0,3505	-29,57	-0,1362**	-12,73	-0,3831	-31,82
Médio completo e superior incompleto	-0,8514	-57,32	-1,2395	-71,05	-0,7790	-54,11	-0,9330	-60,66
Superior completo	-3,1441	-95,69	-3,9835	-98,14	-2,4248	-91,15	-2,7013	-93,29
Idade	-0,0100	-1,00	0,0067	0,68	0,0014**	0,14	0,0127	1,28
<i>Estado civil</i>								
Divorciado ou separado judicialmente	0,2750	31,66	0,3329	39,50	0,1312**	14,02	0,2557	29,14
Viúvo	-0,1392	-12,99	-0,1730	-15,89	0,2884**	33,43	0,1703	18,56
Solteiro	0,1752	-12,34	0,3252	38,43	0,2194	24,53	0,3310	39,24
<i>Posição no domicílio</i>								
Cônjuge ou companheiro	-0,3926	-12,34	-0,2711	-23,75	0,0504**	5,17	0,1122	11,88
Filho	-1,4040	-75,44	-0,6227	-46,35	-0,9237	-60,30	-0,3813	-31,70
Outros	-0,6046	-45,37	0,1903	20,96	-0,2494	-22,07	0,3385	40,29
Urbano	0,9524	159,18	0,8940	144,49	-0,1573	-14,56	-0,3583	-30,12
Índice de Gini	0,7656	115,02	0,4588	58,22	0,5335**	70,49	0,5519	73,66
Região metropolitana	0,2023	22,42	0,0127	1,28	0,2290	25,73	0,2505	28,47
<i>Região geográfica</i>								
Norte	-0,4017	-33,08	-0,4470	-36,05	-0,0414**	-4,05	-0,1171	-11,05
Nordeste	-0,4948	-39,03	-0,3823	-31,77	-0,5090	-39,89	-0,4515	-36,33
Centro-Oeste	0,0188**	1,90	0,0325	3,31	-0,0211**	-2,08	0,0318**	3,23
Sul	-0,1254	-11,79	-0,0836	-8,02	-0,2248	-20,13	-0,4863	-38,51
Constante	-2,5764307		-2,7829608		-4,9826571		-5,1419105	
N	400004		5636377		347442		5598869	
Número de clusters	383752		4561287		332722		4433929	
Likelihood-ratio	-992267,16		-14364792		-113074,53		-2019542,9	
Pseudo R ²	0,0641849		0,0990591		0,0215991		0,0380928	

Fonte: IBGE – Dados do Censo 2010.

População de trabalhadores entre 18 e 60 anos.

*Coeficientes com valor $p < 0,005$ exceto quando há outra especificação.

** Coeficientes com valor $p > 0,005$

Considerações finais

Esse trabalho teve por objetivo uma melhor compreensão das interseções entre a deficiência, a cor/raça, e o sexo no mercado de trabalho brasileiro. Em especial, buscamos olhar para as interações entre a cor e o sexo e os impactos da escolaridade sobre as chances dos trabalhadores e trabalhadoras estarem no emprego doméstico.

No primeiro momento buscamos uma fotografia da população em estudo e verificamos que, no geral, e como verificado por Garcia e Maia (2014), as pessoas com deficiência estão presentes entre os grupos mais vulneráveis: são em maioria mulheres, negras, com níveis menores de escolaridade, mais presentes em trabalhos precários e informais, com renda familiar inferior a 1 salário mínimo *per capita* em regiões menos desenvolvidas do país.

No trabalho doméstico, o que observamos, no geral, foi que as diferenças por sexo são acentuadas ao considerar a deficiência. As maiores médias de idade foram verificadas entre as pessoas com deficiência, as quais apresentam, em grande parte, deficiência visual. No geral, há majoritariamente mulheres, negras e as maiores proporções foram encontradas entre aquelas com deficiência. Nesse trabalho, sublinhamos a maioria das pessoas com deficiência responsáveis pelo domicílio, sem instrução ou somente com o ensino fundamental incompleto. Sobre as variáveis referentes ao emprego, vimos que o trabalho doméstico representa para as mulheres, especialmente para aquelas com deficiência, menores jornadas semanais, menores rendas salariais e gasto maior de tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho.

Buscamos ainda apreender os efeitos do sexo, da cor/raça, da interação entre essas duas variáveis, da escolaridade e de outros fatores, tanto de nível micro quanto macro, sobre as chances das pessoas com e sem deficiência estarem no trabalho doméstico. Verificamos que ser mulher aumenta consideravelmente essa chance e que ser negro(a) ou pardo(a) também apresenta efeito relevante. A consideração desses efeitos e as interações entre o sexo e a cor fazem com que homens brancos tenham suas chances reduzidas em mais de 100% de estarem no trabalho doméstico. E, se os efeitos de raça e sexo e suas interações são um pouco mais evidentes na população sem deficiência, na população com deficiência verificamos os menores efeitos do aumento da escolaridade. Para essas pessoas, o aumento das credenciais educacionais não diminui de forma consistente a chance de estar no trabalho doméstico, quando comparadas àquelas sem deficiência. Dentre as variáveis de nível macro, sobressalta o

efeito do aumento da desigualdade de renda, mensurada através do Índice de Gini municipal, sobre as chances das pessoas estarem no trabalho doméstico, especialmente entre as mulheres e quem têm alguma deficiência.

Verificamos, dessa forma, a predominância das pessoas com deficiência entre os grupos mais vulneráveis no Brasil. As desigualdades educacionais e referentes ao mercado de trabalho são marcadas pelo gênero e acentuadas pela deficiência. E, considerando os efeitos das variáveis de análise sobre a chance de estar no trabalho doméstico, ressaltamos a importância do exame da interseção entre raça e gênero, bem como da baixa valorização da escolaridade das pessoas com deficiência. O aumento do nível de instrução dessas pessoas está distante de reduzir as chances de ir para o trabalho doméstico da mesma forma que ocorre com a população sem deficiência. Diante dessas verificações, salientamos a necessidade de consideração da deficiência, de suas interseções, das considerações a respeito da escolaridade e variáveis de nível macro, como a desigualdade de renda, para compreensão das desigualdades.

Referências bibliográficas

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALMEIDA, L. A. D. **Qualificação, inserção e ganhos salariais: estudos sobre pessoas com e sem deficiência no mercado formal de trabalho.** 2011. (Mestrado). Departamento de Sociologia e Antropologia, UFMG
- ALMEIDA, L. A. D.; VILELA, E. M. **Qualificação, inserção e ganhos salariais: estudos sobre pessoas com e sem deficiência no mercado formal de trabalho.** 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu 2011.
- ARAÚJO, A. M. C. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, I. P. H. e LEITE, M. D. P. (Ed.). **Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária:** Annablume, 2012. p.135-172.
- ARAÚJO, J. N.; MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C. **Éthique et alterité: de l'insertion des personnes handicapées dans le marché du travail.** Nouvelle revue de psychosociologie. 2: 195-208 p. 2007.
- BALDWIN, M.; JOHNSON, W. G. Labor Market Discrimination Against Men with Disabilities. **The Journal of Human Resources**, v. XXIX, n. 1, 1994.
- BALDWIN, M. L.; JOHNSON, W. G. Labor Market Discrimination against Women with Disabilities. **Industrial Relations**, v. 34, n. 4, p. 555-576, 1995.
- BARRETO, E. **O corpo rebelado: autonomia, cuidado e deficiência física.** 1. Curitiba, Paraná: Appris, 2016.
- BERNARDINO-COSTA, J. Migração, trabalho doméstico e afeto. **Cad. Pagu**, n. 39, p. 447-459, 12/2012 2012a. ISSN 0104-8333.
- _____. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias de descolonização e saberes subalternos.** 2012b. (Doutorado). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- BLACKWELL-STRATON, M. et al. Smashing Icons: Disabled Women and the Disability Women's Movements. In: FINE, M. e ASCH, A. (Ed.). **Women with Disabilities.** Philadelphia: Temple University Press, 1988. p.306-332.

BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G. Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. São Paulo, v. ano 6, n. 11, p. 300-327, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 13ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANÇADO, M. A. P. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: análise e avaliação do posto SINE/CAADE/MG**. IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte 2006.

CARNEIRO, R.; RIBEIRO, M. A. **A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: XXXII Encontro da ANPAD 2008.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 01/2002 2002.

DALAL, A. K. Disability-Poverty Nexus: Psycho-Social Impediments to Participatory Development. **Psychology and Developing Societies**, v. 22, n. 2, p. 409-437, 2010.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** Editora Brasiliense, 2007.

DOMZAL, C.; HOUTENVILLE, A.; SHARMA, R. **Survey of Employer Perspectives on the Employment of People with Disabilities: Technical Report**. Prepared under contract to the Office of Disability and Employment Policy, U.S. Department of Labor. McLean: CESSI 2008.

FINE, M.; ASCH, A. **Women with disabilities**. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

FRAGA, A. B. **Da empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. **Rev. bras. estud. popul.**, v. 31, n. 2, p. 395-418, 12/2014 2014. ISSN 0102-3098.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. In: HALL, K. Q. (Ed.). **Feminist disability studies**. United States: Indiana University Press, 2011. cap. 1, p.13-47.

GUTIÉRREZ-RODRÍGUEZ, E. **Migration, domestic work and affect: a decolonial approach on value and the feminization of labor**. Abington: Routledge, 2010.

HAHN, H. Advertising the Accetably Employabe Image: Disability and Capitalism. **Policy Studies Journal**, v. 15, n. March, p. 551-570, 1987.

HARA, B. Twice penalized: employment discrimination against women with disabilities.(statistical data included). **Journal of Disability Policy Studies**, v. 15, n. 1, p. 27, 2004. ISSN 1044-2073.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 12/2007 2007. ISSN 0100-1574.

HOCHSCHILD, A. R. Amor e Ouro. **Textos Didáticos - Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**, n. 66, 2017.

HUGHES, B. et al. Trabalhos de amor perdidos? Feminismos, Movimento de Pessoas com Deficiência e ética do cuidado. **Textos Didáticos - Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**, n. 66, 2017.

HUGHES, B.; PATERSON, K. The Social Model of Disability and the Disappearing Body: towards a sociology of impairment. **Disability & Society**, v. 12, n. 3, p. 325-340, 1997. ISSN 09687599. Disponível em: <[http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=18389991\(=pt-br&site=ehost-live&authtype=ip.cookie.uid\)](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=18389991(=pt-br&site=ehost-live&authtype=ip.cookie.uid)>.

JONES, M. **Disability, education and training**: Economic & Labour Market Review. 4: 32-37 p. 2010.

JONES, M. K. Disability, employment and earnings: an examination of heterogeneity. **Applied Economics**, v. 43, n. 8, p. 1001-1017, 2011/03/01 2011. ISSN 0003-6846. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00036840802600053>>.

JONES, M. K.; LATREILLE, P. L.; SLOANE, P. J. Disability, gender and the labour market in Wales. **Regional Studies**, v. 40, n. 8, p. 823-845, 2006. ISSN 0034-3404. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000243026200002 >.

KIDD, M. P.; SLOANE, P. J.; FERKO, I. Disability and the labour market: an analysis of British males. **Journal of Health Economics**, v. 19, n. 6, p. 961-981, 2000. ISSN 0167-6296.

MARTINS, B. S. et al. Investigação emancipatória da deficiência em Portugal: desafios e reflexões. In: MORAES, M.; MARTINS, B. S., et al (Ed.). **Deficiência em questão: para uma crise da normalidade**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018. cap. 2, (Série Diversidade).

MCRUER, R. **Crip Theory: cultural signs of queerness and disability**. New York and London: New York University Press, 2006.

MELLO, A. G. D. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências narrativas e observações sobre mulheres com deficiência**. 2014. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis.

MELLO, A. G. D.; NUERNBERG, A. H. Genero e deficiencia: interseções e perspectivas. **Revista Estudo Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635, 2012. ISSN 0104-026X.

MITRA, S.; POSARAC, A.; VICK, B. Disability and Poverty in Developing Countries: A Multidimensional Study. **World Development**, v. 41, n. 1, p. 1-18, 2013. ISSN 0305-750X.

MORAES, M. et al. **Deficiência em questão: para uma crise da normalidade**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018.

MORRIS, J. Feminism and Disability. **Feminist Review**, n. 43, p. 57-70, 1993. ISSN 01417789, 01417789. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1395069>>.

_____. **Encounters with Strangers: Feminism and Disability**. Londres: Women's Press, 1996.

_____. Impairment and Disability: Constructing an Ethics of Care That Promotes Human Rights. **Hypatia**, v. 16, n. 4, p. 1-16, 2001. ISSN 08875367, 15272001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3810780>>.

OLIVER, M.; BARNES, C. **Disabled People and Social Policy: from exclusion to inclusion**. Londres: 1998.

PETTINICCHIO, D.; MAROTO, M. Employment Outcomes Among Men and Women with Disabilities: How the Interseccion of Gender and Disability Status Shapes Labor Market Inequality. In: (Ed.). **Factors in Studying Employment for Persons with Disability**: Emerald Publication, 2017. cap. 1, p.3-33.

POLIDANO, C.; VU, H. Differential Labour Market Impacts from Disability Onset. **Health Economics**, v. 24, n. 3, p. 302-317, 2015. ISSN 1057-9230.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Autêntica, 2012.

SUZANO, J. D. C. C. et al. Análise da produção acadêmica nacional dos últimos 20 anos sobre a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. In: JURUÁ (Ed.). **Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. 1ª. Curitiba: 2008, 2008. ISBN 978-85-362-2202-8.

TANAKA, E. D. O.; MAZINI, J. E. **O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?** *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília. 11: 273-294 p. 2005.

THOMAS, C. Defining Disability: the social model. In: THOMAS, C. (Ed.). **Female Forms: experiencing and understanding disability**. Buckingham: Open University, 1999. p.13-32.

_____. The 'Disabled' Body. In: EVANS, M. e LEE, E. (Ed.). **Real Bodies**. Basingstoke: Macmillan, 2002.

_____. How is disability understood? An examination of sociological approaches. **Disability & Society**, v. 19, n. 6, p. 569-583, 2004/10/01 2004. ISSN 0968-7599. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/0968759042000252506>>.

_____. Theorising disability and chronic illness: Where next for perspectives in medical sociology? **Social Theory & Health**, v. 10, n. 3, p. 209-228, 2012.

WHO. **Relatório Mundial sobre a deficiência**. ORGANIZATION, W. H. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2012.